

# HISTÓRIA DOS DOGMAS CRISTOLÓGICOS NA ANTIGUIDADE

Pe. Françoá Costa<sup>1</sup>  
Pe. Carlito Bernardes<sup>2</sup>

Nos primórdios do cristianismo, onde os ataques e perseguições eram inúmeras, onde proclamar a fé era quase um suicídio, não faltaram homens cheios de convicções que proclamavam tão alto com o próprio sangue que Jesus de Nazaré é o Messias, e se arriscavam em ir além, frente a acusações de blasfêmia, algo tão sério para o povo judeu, com firmeza e sabedoria proclamavam que esse mesmo Jesus é o Filho de Deus. Uma verdade pela qual merecera entregar a própria vida, a abandonar tudo, sacrificar, renunciar e transformar a própria existência numa quimera para defender essa mesma verdade, para seguir a este Jesus homem e Deus: “...considero tudo como perda, comparado com a suprema grandeza do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor, por cuja causa perdi todas as coisas”(cf. Fl 3,8).

Entretanto, essa tão preciosa verdade está depositada em vasos frágeis: homens fracos, parcos, pecadores e que não estavam isentos de debilidades; uma verdade revolucionária de um Deus feito homem para nos salvar nas mãos de pequenas criaturas; uma mensagem tão jubilar, complexa e divina dada a ignóbeis seres presunçosos e orgulhosos, simples e ignorantes, humanos e insignificantes. A história dos dogmas cristológicos perpassa esta enorme discrepância e contraste entre o divino que se insere no humano, esta fé dada aos homens de um Deus-Trindade, este conhecimento paulatino da pessoa divina em Jesus Cristo, esta pedagogia e paciência de Deus com sua Igreja que com sede e ânsia tentava chegar no extremo da inteligência humana para encontrar devidas explicações para um mistério divino. Tantos erros e heresias são frutos de um esforçado estudo e pesquisa misturados com orgulho e egoísmo, resultando numa purificação e apuração de nossa fé defendida à luz do Espírito Santo que guia sua Igreja, por tantos teólogos e estudiosos. Caminhar sobre a história dos dogmas cristológicos é vivenciar, renovar e confirmar a mais genuína,

---

<sup>1</sup>Françoá COSTA é sacerdote, doutor em teologia pela Universidade de Navarra (2011), professor na Faculdade Católica de Anápolis e na PUC-Goiás nos cursos de teologia.

<sup>2</sup>Carlito Bernardes de Oliveira Junior é sacerdote, cursou filosofia no *Institutum Sapientiae* e teologia na Universidade de Navarra, Espanha. Especialista em docência universitária.

simples e pura fé defendida com a própria vida por tantos cristãos. “Donde tiravam estes homens a convicção que proclamavam tão alto? Jesus de Nazaré, o Messias, uma resposta resumida que condensava toda fé daqueles homens...”<sup>3</sup>.

## **1. Jesus, perfeito homem**

O Filho de Deus fez-se homem para a nossa salvação (cf. Jo 1,14). Esse mistério é essencial para a fé cristã. Centrar-nos-emos em considerar o alcance dessas palavras do evangelista para descobrirmos as riquezas do mistério e ao mesmo tempo sermos conscientes dos limites da nossa inteligência ao tentar pensar a encarnação do Filho de Deus. Graças ao fato de que Deus se fez homem, em Cristo há uma única pessoa, a divina, em duas naturezas, a divina e a humana. Como a sua natureza humana é perfeita, ele é perfeito homem; como a sua natureza divina é perfeita, ele é perfeito Deus. Ele tem verdadeiro corpo e verdadeira alma<sup>4</sup>. O seu corpo não é fantasmagórico, nem a sua alma é substituída pelo Verbo.

### **1.1. Verdadeira humanidade de Jesus quanto ao corpo**

Jesus tem um verdadeiro corpo. Essa verdade está revelada no Novo Testamento: ele nasceu de uma mulher (cf. Gl 4,4) e, de fato, os inimigos de Jesus procuravam tirar-lhe a vida (cf. Jo 8,40), mas só se pode matar uma realidade viva e material.

Contra essa verdade, o docetismo afirmou que em Jesus não há realidade material, isto é, nega o verdadeiro corpo de Jesus. Essa heresia surgiu no século I. "Dokein" significa “aparência”, o corpo de Jesus pareceria corpo, mas não é corpo. Jesus não teria sido gerado "ex Maria", apenas teria passado por ela, mas sem ser formado de (*ex*) seu corpo e de seu sangue. A raiz do docetismo encontra-se no maniqueísmo e no gnosticismo, ambos os erros consideravam a realidade material como algo perverso. Em todo caso, a encarnação os escandalizava. Para eles, o Filho de Deus não se fez verdadeiro homem.

---

<sup>3</sup>cf. Daniel ROPS, *A Igreja dos apóstolos e dos mártires, I*, São Paulo: Quadrante, 1988.

<sup>4</sup> Para essa parte, cf. F. OCÁRIZ, L. F. MATEO-SECO, J. A. RIESTRAS, *El misterio de Jesu cristo*, Pamplona: Eunsa, 2ª ed., 1991, p. 100-101.

Basilides, é exemplo de docetista, dirá que no calvário Simão Cireneu substituiu a Cristo a tal ponto de que quem morreu foi Simão e não Cristo.

Esse tipo de heresia queria apoiar-se na Sagrada Escritura quando afirma, por exemplo, que Jesus fez-se *semelhante* aos homens (cf. Fl 2,7). Logicamente o texto citado não nega a verdadeira natureza humana de Jesus: basta seguir lendo o texto para ver que Jesus fez-se *obediente até à morte e morte de cruz*. Seria impossível morrer se ele não tivesse um corpo real e verdadeiro.

O apóstolo João teve que combater esses erros: ele fala daqueles sedutores que não confessam que Jesus veio na carne (cf. 2 Jo 7). O Novo Testamento dá testemunho patente da realidade material do corpo de Jesus: ele necessita comer e beber (cf. Mt 4,2; 11,19), dormir (cf. Mt 8,24) e descansar (cf. Jo 4,6). Contra o docetismo também distinguiram santos como Inácio de Antioquia e Irineu de Lyon. Tertuliano também escreveu um tratado sobre a verdadeira carne de Cristo mostrando que negar a realidade do corpo de Cristo é negar a realidade da redenção.

## **1.2. Verdadeira humanidade de Jesus quanto à alma**

Um ser humano, para ser considerado tal, deve ser “resultado” da união da alma com o corpo. Por isso, nega-se a verdadeira humanidade de Jesus não somente aqueles que negam o seu verdadeiro corpo, mas também aqueles que negam a sua verdadeira alma humana. Entre os que negaram que Cristo tivesse alma humana estão Ário e Apolinário de Laodiceia, o jovem. Segundo eles, o Verbo desempenharia em Jesus as funções da alma intelectual.

Apolinário, querendo sublinhar a unidade de Cristo, afirmou que em Cristo há corpo, alma animal e Verbo, e seria o Verbo quem faria as funções da alma espiritual humana. Apolinário pensava que duas realidades completas não podem constituir um único ser. Mas como em Cristo há um único ser (*cremos em um só Senhor Jesus Cristo*) e como a divindade não pode estar incompleta, então a humanidade de Jesus – segundo Apolinário – deveria estar incompleta para que Jesus Cristo fosse *um único ser*. A afirmação bíblica de que o Verbo se fez carne era interpretada por Apolinário no seguinte sentido: o *Logos* (Verbo) uniu-se à carne de Jesus fazendo as vezes da alma. Por outro lado, Apolinário pensava que negar que Jesus tivesse alma espiritual era o melhor caminho para deixar a humanidade de Jesus protegida de qualquer possibilidade de pecar, já que ao carecer de alma humana Cristo também careceria de liberdade humana. E, no entanto, Apolinário não percebia que negar a liberdade de Cristo é

também negar a sua capacidade de obedecer e, conseqüentemente, de salvar-nos mediante a redenção.

O Novo Testamento testemunha claramente que Jesus tinha verdadeira alma humana, que se manifestavam nos seus sentimentos humanos: indignação (cf. Jo 2,15-17), tristeza (cf. Mt 26,38), alegria (cf. Jo 11,15). Essa espiritualidade humana manifesta-se também no exercício da virtude, como a obediência ao Pai (cf. Jo 5,30) e a humildade (cf. Mt 11,29). Ele fala claramente que a sua alma estava triste até a morte (cf. Mt 26,38) e entrega o seu espírito nas mãos do Pai (cf. Lc 23,46).

O Magistério da Igreja condenou tantas as heresias que negam o corpo de Jesus quanto aquelas que negam a sua verdadeira alma. A doutrina de Ário foi condenada no Concílio de Niceia (325), a de Apolinário no Concílio de Constantinopla (381) e no Concílio Romano do ano 382. No Concílio de Calcedônia (451) se afirmou que Jesus tem alma racional e corpo.

## **2. A fisionomia humana de Jesus Cristo**

A fisionomia humana de Jesus é bem concreta. Quanto ao aspecto físico, podemos deduzir, através dos Evangelhos, a sua notável fortaleza física através dos seus jejuns, das distâncias que percorreu, do rigor dos seus sofrimentos. E, contudo, não há motivo para supor que a sua humanidade fosse vigorizada pela sua divindade dando-lhe forças superiores às naturais de sua humanidade. Mas também não se pode excluir de maneira absoluta tal hipótese.

Alguns Padres da Igreja, inspirando-se no Sl 44,3 afirmavam que Jesus era perfeito fisicamente e muito bonito. Outros inspirando-se no aspecto desfigurado do Servo de Javé, supunham que Jesus era muito feio. A posição correta deve ser o meio termo entre os dois extremos.

Quanto à sua fisionomia espiritual, que é a mais importante, é cheia de misericórdia e compreensão. Jesus aparece nos Evangelhos como um homem de grande equilíbrio mental, que nunca perde o senhorio sobre si mesmo; as suas respostas são rápidas e inteligentes; sua linguagem alcança tons sublimes e poéticos de beleza. Jesus é capaz de esquecer-se de si mesmo em favor dos outros, ama imensamente o seu Pai do céu, é de um amor rijo e grande; atua com grande naturalidade em todo momento.

Entretanto, surgiu uma carta de autoria de Públio Léntulo, governador da Judeia, onde relata a fisionomia de Jesus para o imperador Augusto (27 a.C. – 14 d.C.);

tanto a carta como o autor são considerados fictícios na tradição cristã por diversos motivos que colocam em dúvida sua historicidade, mas convém levar em consideração em nome das diversas tentativas em descrever um fenômeno ímpar na história da humanidade: "Apareceu nestes nossos dias um homem, da nação Judia, de grande virtude, chamado Yeshua, que ainda vive entre nós, que pelos gentios é aceito como um profeta de verdade, mas os seus próprios discípulos chamam-lhe o Filho de Deus - Ele ressuscita os mortos e cura toda a sorte de doenças. Um homem de estatura um pouco alta, e gracioso, com semblante muito reverente, e os que o vêem podem amá-lo e temê-lo; seu cabelo é castanho, cheio, liso até as orelhas, ondulado até os ombros onde é mais claro. No meio da cabeça os cabelos são divididos, conforme o costume dos Nazarenos. A testa é lisa e delicada; a face sem manchas ou rugas, e avermelhada; o nariz e a boca não podem ser repreendidos; a barba é espessa, da cor dos cabelos, não muito longa, mas bifurcada; a aparência é inocente e madura; seus olhos são acinzentados, claros, e espertos - reprovando a hipocrisia, ele é terrível; admoestando, é cortês e justo; conversando é agradável, com seriedade. Não se pode lembrar de alguém tê-lo visto rir, mas muitos o viram lamentar. A proporção do corpo é mais que excelente; suas mãos e braços são delicados ao ver. Falando, é muito temperado, modesto e sábio. Um homem que, pela sua beleza singular, ultrapassa os filhos dos homens".

### **2.1. Jesus, perfeito Deus**

Desde a confissão de Pedro de que Jesus é o Filho de Deus vivo (cf. Mt 16,16), a Igreja nunca cessou de proclamar que Jesus de Nazaré, nascido de Maria, sendo homem verdadeiro é também verdadeiro Deus<sup>5</sup>.

Contra essa verdade de fé, os ebionitas (no século I) consideravam que Cristo era um simples homem, ainda que santíssimo. É possível que já o apóstolo João tivesse em conta essa heresia ao afirmar que as coisas escritas no Evangelho são para que creiamos que Jesus é o Filho de Deus (cf. Jo 20,31).

No século II foi o adopcionismo que combateu a verdade da divindade de Cristo. Afirmavam que Jesus é Filho de Deus somente no sentido de que ele é filho adotivo. Mais tarde, Ário também combateu essa verdade ao afirmar que o Verbo não é Pessoa divina, mas a primeira e mais perfeita entre as criaturas.

---

<sup>5</sup>ID., p. 115-130.

Os Concílios da Igreja condenaram os erros contra a divindade de Jesus e afirmaram a verdadeira fé. O Concílio de Niceia (325), contra Ário, afirmou a fé “em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai”.

É verdade que Jesus manifestou a sua divindade pouco a pouco, mediante uma admirável pedagogia adequada ao forte sentido monoteísta do povo de Israel. Se Jesus tivesse manifestado claramente que ele é Deus, provavelmente diriam que ele estava louco. Para o judeu piedoso, Deus é um só. Também para o cristão. Contudo, nós confessamos um único Deus em três Pessoas verdadeiramente distintas: o Pai e o Filho e o Espírito Santo. Confessamos também que o Filho se fez homem para a nossa salvação.

Através dos diversos títulos que Jesus utiliza para explicar quem ele é, nos é manifestada a sua divindade, além disso o seu poder de perdoar pecados só pode ser atribuído a quem é Deus (cf. Mc 2,5-12). O Filho do Homem apresenta-se como Filho de Deus igual a Deus (cf. Mc 14,62). Também é notável a maneira como Jesus se dirige a Deus na sua oração. O Pai é *seu* Pai (cf. Mt 11,25-26; Lc 22,42; 23,34), é seu *abba*, ele o conhece de maneira singular (cf. Mt 11,27). O Pai dá testemunho do Filho no Batismo (cf. Mc 1,11) e na transfiguração (cf. Mc 9,7) chamando-o de seu *Filho muito amado*. Há vários textos do Novo Testamento sobre a divindade de Cristo, entre eles: Jo 1,1-18; Fl 2,5-11; Cl 1,1-17; Rm 9,5; Tito 2,13. Os títulos que se atribuem a Jesus no Novo Testamento são numerosos; L. Sabourin fez uma lista de 187 títulos diferentes que se pode constatar no final do século VII, considerando a literatura patrística e a liturgia. Mesmo que todos os títulos podem servir como veículo para acercar-se a um Jesus Deus, normalmente são considerados como títulos fundamentais: Messias, Filho do Homem e Filho de Deus. Ao considerar estes títulos nos é permitido conhecer não somente a fé da comunidade, senão o uso e a aceitação por parte de Jesus de atribuições carregadas de significados messiânicos e divinos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Cf. Cesar IZQUIERDO, *Teologia Fundamental*, Pamplona: EUNSA, 3ª edição, 2009.

### 3. Jesus: uma Pessoa em duas naturezas

Ainda que os dogmas cristológicos tenham sido formulados com uma linguagem grega, que é como a sua roupa, os cristãos daqueles tempos chegaram a tais formulações através de um processo histórico. Isto é, os dogmas cristãos não são quais pedras que caem do espaço e se fixam no terreno da Igreja. Ao contrário, as formulações de fé da Igreja são frutos da reflexão da própria Igreja dentro da Escritura e de sua Tradição. É por isso que para entendê-los bem, é importante saber que as primeiras expressões da fé, partindo da Sagrada Escritura, forjaram-se num ambiente judeu e num ambiente grego.

#### 3.1. O Concílio de Niceia e a divindade do Verbo (325)

Ário era sacerdote de Alexandria e discípulo de Luciano de Antioquia. Ário afirmou, seguindo a doutrina do seu mestre, só que exagerando-a, que o Verbo era a primeira e mais perfeita criatura do Pai que, em Cristo, fazia a função de alma. O Verbo era, portanto, um deus de segunda categoria (*deúterostheós*). Ário tentava provar que o Verbo era inferior ao Pai e para que não se dissesse que determinadas coisas se lhe atribuem por causa da natureza humana, ele negava a verdadeira natureza humana de Cristo negando que Jesus tivesse alma humana. Neste caso, o Verbo faria as vezes de alma e, portanto, coisas inferiores – como chorar, rezar, obedecer – se atribuiriam ao Verbo porque ele seria verdadeiramente inferior ao Pai. Em resumo, Ário nega tanto a divindade do Verbo quanto a humanidade de Jesus.

Mais de 250 bispos, convocados pelo Imperador Constantino, formaram o que passou para a história como o Concílio de Nicéia (ano 325). O Concílio definiu a divindade de Cristo ao defender e definir a divindade do Verbo. Para expressar a igualdade do Verbo com o Pai, o Concílio professou que o Filho de Deus é “consustancial” (*homousiostôPatri*). Depois se confirma outras verdades sobre Jesus Cristo: sua encarnação, morte e ressurreição, assim como a sua vinda para julgar os vivos e os mortos<sup>7</sup>.

Santo Tomás ajuda a entender melhor esse assunto:

---

<sup>7</sup> Cf. Aurelio FERNÁNDEZ, *Teología dogmática. Curso fundamental de la fe católica*, Madrid: BAC, 2009, 179-181. F. OCÁRIZ, L. F. MATEO-SECO, J. A. RIESTRAS, *El misterio de Jesucristo*, Pamplona: Eunsa, 2ª ed., 1991, 41-42. 104.

“Ele (Ário) também afirmou que o Filho de Deus precede em beatitude a todos os espíritos criados. Ora, a natureza dos Anjos é tão excelente que impede que haja neles tristeza. Não haveria nos Anjos a verdadeira e completa felicidade se algum dos seus desejos não se realizasse, pois é da essência da beatitude ser o bem final e perfeito, aquietando todo desejo. (...) Mas lê-se nas Escrituras que Ele se entristeceu: “Começou (Jesus) a apavorar-se e angustiar-se” (Mc 14,33), e o próprio Cristo confessa a sua tristeza, quando diz: “A minha alma está possuída de tristeza mortal” (Mc 14,34). É evidente que a tristeza não poderia ser do corpo, mas de uma substância dotada de conhecimento. Convém, portanto, que juntamente com o Verbo e com o Corpo de Cristo houvesse nele outra substância passível de tristeza. Essa é que nós chamamos justamente de alma”<sup>8</sup>.

A Igreja sempre confessará a fórmula de Nicéia ao dizer que crê em um “só Senhor, Jesus Cristo, Filho único de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, da mesma natureza (*homousios*) do Pai, por quem tudo foi feito”. Quando a Igreja utiliza a palavra *homousios* queria dizer simplesmente que o Filho possui a mesma substância ou essência do Pai, isto é, que o Filho é igual ao Pai, é Deus como o Pai é Deus<sup>9</sup>.

### **3.2. O Concílio de Constantinopla I e a humanidade de Jesus (381)**

O Concílio de Constantinopla I, o segundo concílio ecumênico da história da Igreja, realizado em 381 para esclarecer a fé na Santíssima Trindade, especialmente na divindade do Espírito Santo, estabelecendo os artigos do Credo (Profissão de Fé) que se havia preparado em Nicéia, deu-lhes formulação mais ampla e definitiva. Embora neste concílio se tenha dado um especial enfoque ao problema pneumatológico - dado ser desenvolvido num período em que se colocava em questão a divindade do Espírito Santo - suas conclusões também trouxeram, direta e indiretamente, luzes à cristologia. A controvérsia apolinarista e a heresia macedoniana geraram a necessidade de

---

<sup>8</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Compêndio de Teologia*, 204,4. Tradução e notas de D. Odilão Moura. Rio de Janeiro: Presença, 1977, 215.

<sup>9</sup> Rafael CORAZÓN, Lucas f. MATEO-SECO, *Conceptos básico para el estudio de la teología*, Madrid: Cristiandad, 2010, 259.

esclarecimentos conceituais em torno da Trindade, tarefa realizada com êxito pelos padres capadócius – Basílio de Cesaréia, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa.

Para Apolinário, Cristo é um ser mesclado, um composto. O termo empregado para definir esta situação é *hypostasisynthetos*. Dentro desta compreensão, o Verbo (*Logos*) é consubstancial ao Pai, e a carne, consubstancial à humanidade. Cristo é “não inteiramente ser humano, tampouco Deus, mas uma mescla de Deus e ser humano”. Determinadas afirmações de sua teologia sugerem, entretanto, a definição de que em Cristo há tão somente a natureza divina. “Um é o Filho, e não duas naturezas, uma adorável e outra não adorável, mas uma só natureza, a do Deus Verbo feito carne e adorado com a carne em uma só adoração”, afirma: “o Cristo é mais um ‘homem celeste’ que terrestre. Há encarnação, mas não verdadeira humanização.” Não é portanto igual ao homem em tudo, mas é uma carne divinizada, não possuindo uma alma humana, que é ocupada pela natureza divina<sup>10</sup>.

Ao longo de sua teologia, Apolinário começa afirmando a princípio que a divindade de Cristo ocuparia o lugar da alma (partindo do conceito de homem como corpo e alma), para em seguida declarar que Cristo assumiu sim uma alma, mas uma alma sensível, não racional.

A controvérsia, no entanto, não estava em aceitar ou não a divindade ou a humanidade de Jesus, porque desde o começo a Igreja teve de enfrentar heresias a este respeito, como os docetistas que negavam que Jesus tivesse vindo em carne, ou como os seguidores de Luciano de Samósata que afirma ser Jesus unicamente homem, por isso a essa altura a Igreja já tinha seus limites bem determinados e qualquer que negasse uma das naturezas de Cristo seria declarado herege sem debate algum. A polêmica não girou em torno do ser Cristo humano e divino, mas sim em como isto se deu.

Apolinário de Laodicéia afirmou então que em Jesus Cristo a alma racional de Jesus era o próprio Verbo Divino. Nesta época acreditava-se que todo o ser humano era formado por um corpo, uma alma animal (que era a essência de vida), e uma alma racional, e esta seria a base da personalidade e intelecto do indivíduo. Para Apolinário, Jesus possui um corpo e uma alma animal puramente humana, mas sua mente e personalidade eram apenas divinas. Embora esta ideia não parecesse má à primeira vista, e até se encaixasse dentro da proposta dos teólogos de Alexandria, os antiochanos

---

<sup>10</sup>Cf. APOLINÁRIO, apud KESSLER. Manual de dogmática. p. 311). (KESSLER, Hans. Cristologia. In: SCHNEIDER, Theodor (org.) Manual de Dogmática. v 1. trad. de Luis M. Mendes. Petrópolis: Vozes, 2002.

perceberam que ela punha por terra toda a essência da encarnação de Cristo, pois afinal um ser que, ao invés da alma racional, possuísse o próprio verbo divino, não poderia ser plenamente humano, já que é lá que se encontram os desejos e sentimentos humanos. A controvérsia durou mais alguns anos até 381, quando o argumento antioquano se sobressaiu e a forma extrema da cristologia Alexandrina foi condenada. O 1º Concílio de Constantinopla condenou a heresia apolinarista no ano 381.

### **3.3. O Concílio de Éfeso e a unidade pessoal do Filho de Deus feito carne (431)**

Nestório (+451) era bispo de Constantinopla, onde tinha chegado o prestígio da escola de Antioquia. Nestório sublinhava tanto a distinção das naturezas que chegou a afirmar que em Cristo havia duas pessoas. A união do divino e do humano em Cristo era considerada por Nestório como algo extrínseco e confuso. Sendo assim, em Cristo, segundo Nestório, há duas pessoas: a divina e a humana, mas tão unidas que formam uma espécie de uma única pessoa, constituindo certa pessoa de união. Essa maneira de pensar sobre Cristo levou-o a dizer que Maria não era Mãe de Deus (*Theotókos*), mas tão somente (*Christotókos*), mãe da pessoa humana de Jesus. Parece que o erro de Nestório foi porque ele pensava que toda natureza constitui necessariamente uma pessoa. Ao contrário, a Igreja entendeu esses conceitos (natureza, pessoa) no sentido comum, isto é, natureza é um princípio de operações, mas quem possui o ser e pode atuar é a pessoa.

S. Cirilo de Alexandria (+444) reagiu contra a doutrina do bispo de Constantinopla. Ambos se anatematizaram e a situação foi complicando. Teodósio II convocou então o Concílio de Éfeso (431), presidido por Cirilo, no qual a doutrina de Nestório foi condenada. O próprio Nestório, ao não aceitar a doutrina do Concílio, foi deposto da sua Sede com a aprovação do Papa Celestino e recluso num mosteiro. Resumidamente, segundo o Concílio de Éfeso, Cristo é uma só pessoa, ele é perfeito Deus e perfeito homem por causa da união da natureza divina com a natureza humana; Maria é Mãe de Deus (*Theotókos*) porque gerou o Verbo segundo a sua humanidade; Cristo é o Filho de Deus que se fez homem, ele não é um homem divinizado ou adotado por Deus; a carne de Cristo é vivificadora por ser a carne do Verbo; Cristo deve ser adorado com uma única adoração (isto é, não deve ser adorado como Deus e

separadamente como homem), ao Verbo se atribuem também as operações e paixões humanas de Jesus<sup>11</sup>.

Santo Tomás de Aquino, antes de argumentar, afirma que o ensinamento de Nestório que diz que Jesus é “chamado Filho de Deus, não porque seja verdadeiro Deus, mas devido à inabitação n’Ele do Filho de Deus que fez pela graça”, contradiz a Sagrada Escritura. Logo depois, explica o seguinte: “com efeito, a esta união de Deus com o homem o Apóstolo chama *aniquilamento*, conforme se lê: “Ele, que era de condição divina, não reivindicou o direito de ser equiparado a Deus, mas *aniquilou-se* a Si mesmo, tomando a condição de servo” (Fil 2,11). Não há, porém, aniquilamento de Deus por inabitar pela graça em uma criatura racional. Se o houvesse, o Pai e o Espírito Santo também seriam aniquilados porque ambos inabitam na criatura racional pela graça, conforme o Senhor refere-se a Si mesmo e ao Pai: “Viremos a ele e nele faremos morada nossa” (Jo 14,23), e o Apóstolo, ao Espírito Santo: “O Espírito de Deus habita em nós” (I Cor 3,16)”<sup>12</sup>.

O Concílio de Éfeso “assenta os seus ensinamentos na união das duas naturezas de Jesus Cristo num único sujeito pessoal, na união segundo a *hypóstasis*: trata-se de uma união incompreensível mas que é real e ontológica. O Verbo na verdade tornou sua a natureza humana, de tal forma que lhe pertence realmente, não só moralmente. O Verbo é o único sujeito de todos os atos divinos e humanos de Cristo, como ensina o símbolo de Nicéia (o filho de Deus eterno, pelo qual se fizeram todas as coisas, encarnou de Maria Virgem, foi crucificado, foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia etc.)”<sup>13</sup>.

### **3.4. O Concílio de Calcedônia: momento culminante para a cristologia (451)**

Depois do Concílio de Éfeso, um abade de um mosteiro de Constantinopla, zeloso e defensor da doutrina de Éfeso, exagerou a doutrina do Concílio acerca da unidade da pessoa de Cristo. Para o monge Eutiques, em Jesus há duas naturezas, a humana e a divina, mas unidas de tal maneira que ficavam fundidas e unificadas: a

---

<sup>11</sup> F. OCÁRIZ, L. F. MATEO-SECO, J. A. RIESTRA, *El misterio de Jesucristo*, Pamplona: Eunsa, 2ª ed., 1991, 152-156.

<sup>12</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Compêndio de Teologia*, 203,2. Tradução e notas de D. Odilão Moura. Rio de Janeiro: Presença, 1977, 213-214.

<sup>13</sup> Vicente Ferrer BARRIENDOS, *Jesus Cristo nosso Salvador*. Tradução de Antônio Mexia Alves. Lisboa: Diel, 2008, 67.

natureza humana ficava absorvida pela divina, de tal maneira que se podia dizer que em Jesus há uma só natureza (monofisismo).

O seu adversário foi o patriarca de Constantinopla, Flaviano, que depôs o abade. O Papa Leão Magno, além de aprovar a decisão de Flaviano, enviou-lhe uma famosa carta, a *Lectisdilectionistuae*(449) conhecida como o *Tomo de São Leão*. Nesse importante documento se defende a doutrina da união hipostática, isto é, a doutrina católica segundo a qual, em Cristo, a união da natureza humana e da natureza divina é união segundo a *hipóstasis* na Pessoa: há união das duas naturezas porque ambas pertencem à mesma Pessoa, a divina. Em Cristo há uma única Pessoa, a divina, em duas naturezas, a humana e a divina. Eis a famosa Carta de S. Leão a S. Flaviano:

“Cristo entregou-se totalmente pela redenção do homem que fora seduzido, a fim de vencer a morte e destroçar por sua própria virtude o diabo que possuía o império da morte. Não poderíamos vencer o pecado e o autor da morte a não ser que assumisse a nossa natureza e a fizesse sua, aquele a quem o pecado não pôde contaminar, nem a morte reter. Visto que foi concebido por virtude do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, esta o deu à luz conservando intacta a virgindade, como sem detrimento da virgindade o concebera. O Espírito Santo deu fecundidade à Virgem, no entanto, a constituição do corpo originou-se do corpo (virginal).

Salvaguardadas pois, as propriedades de ambas as naturezas e substâncias, unidas numa só Pessoa, foi assumida a humildade pela majestade, pela força a fraqueza, pela eternidade a mortalidade. Para obter o débito de nossa condição, a natureza inviolável uniu-se à passível. Assim, como remédio conveniente à nossa cura, um só e mesmo mediador entre Deus e o homem, o homem Cristo Jesus, de um lado podia morrer, e doutro lado, não o podia.

Nasceu o verdadeiro Deus com a íntegra e perfeita natureza de um verdadeiro homem, todo inteiro no que é seu, todo inteiro no que é nosso. Por “nosso” entendemos aquilo que o Criador fez em nós no início e que assumiu para ser reparado. Não havia no Salvador vestígio algum daquilo que o sedutor infligiu e que o homem enganado admitiu. Tenha participado, embora, da fraqueza humana, não foi partícipe dos nossos defeitos. No princípio assumiu a condição de servo, mas não a mancha do pecado; exaltou o humano, sem subtrair coisa alguma do divino. O aniquilamento no qual o invisível se fez visível e o Criador e Senhor de todas as coisas quis ser um dos mortais era compassiva, condescendência não deficiência de poder.

Quem na natureza de Deus criou o homem fez-se homem na condição de servo. Cada uma das duas naturezas conservou sem alteração suas propriedades. Como a natureza de Deus não eliminou a natureza de servo, assim a natureza de servo não diminuiu a natureza de Deus.

Gloriava-se o diabo de ter sido o homem, por sua fraude, seduzido e privado dos dons divinos, despojado do dote da imortalidade e submetido à dura sentença de morte. Encontrava assim o demônio uma espécie de consolo dos próprios males na companhia do homem prevaricador.

Também Deus, exigindo justa prestação de contas, trocara a sentença do homem que ele havia criado em estado tão honroso. Foi, então, necessário, caríssimos, na execução de um plano oculto, que o Deus imutável, cuja vontade não pode ser privada de benignidade, completasse a primeira disposição de sua piedade para conosco com um mistério ainda mais escondido e o homem, instigado à culpa pela astúcia da iniquidade diabólica, contra o desígnio de Deus não percesse.

Desce, portanto, do reino celeste às íntimas regiões deste mundo Jesus Cristo, Filho de Deus, sem se afastar da glória paterna, gerado em ordem nova, em novo nascimento. Nova ordem, porque invisível no que lhe é próprio, fez-se visível no que é nosso; incompreensível quis ser apreendido; sendo antes do tempo, começou a existir no tempo. O Senhor do universo assumiu a condição de servo, velando a imensidade de sua majestade. Dignou-se o Deus impassível tornar-se homem passível e o imortal submeter-se à lei da morte. Vem à luz por novo nascimento, porque a virgindade inviolada, que ignorava a concupiscência, ministrou-lhe a matéria corporal. Recebeu o Senhor de sua mãe a natureza, mas isenta de culpa. A natureza humana de nosso Senhor Jesus Cristo, nascido do seio da Virgem, não difere da nossa por ter tido ele admirável natividade.

Sendo verdadeiro Deus, é também verdadeiro homem. Nesta unidade não há mentira, pois mutuamente se coadunam humildade humana e grandeza divina. Como Deus não se altera por tal misericórdia, nem o homem desaparece absorvido pela dignidade divina. Age cada uma das naturezas em consonância com a outra, quando a ação é peculiar a uma delas. O Verbo opera o que lhe é próprio, e a carne executa o que lhe compete. Uma resplandece pelos milagres, enquanto a outra é sujeita aos opróbrios. Como não se aparta o Verbo da igualdade da glória paterna, a carne não perde a natureza do gênero humano. Um e o mesmo, convém repeti-lo, é verdadeiramente Filho de Deus e filho do homem. Deus, porque no princípio era o Verbo e o Verbo estava

junto de Deus, e o Verbo era Deus (Jo 1,1). Homem, porque o Verbo fez-se carne e habitou entre nós (Jo 1,14). Deus, porque todas as coisas foram feitas por meio dele, e sem ele, coisa alguma foi feita de quanto existe. Homem porque nascido de mulher, nascido sob a lei (Gl 4,4). O nascimento carnal é manifestação da natureza humana; o parto da Virgem, indício do poder divino. A humilhação do presépio denota a infância do menino (Lc2,7); as vozes dos anjos declaram a grandeza do Altíssimo (Lc 2, 13). (...). Enquanto a astúcia do diabo tent-o, como se fosse apenas homem, serve-o o exército dos anjos, como sendo Deus (Mt 4,1; 11).

Ter fome, ter sede, estar cansado e dormir evidentemente é humano. Mas, saciar com cinco pães cinco mil homens (Jo 6, 12) e dar à samaritana a água viva (Jo 4, 10), que não deixa mais ter sede quem a beber, andar sobre as ondas do mar a pé enxuto (Mt 14,25) e acalmar o furor dos vagalhões, falando imperiosamente à tempestade (Lc 8, 24) é indubitavelmente divino. Omitindo muitos fatos, digamos apenas: não é próprio de uma só e mesma natureza chorar por comiseração o amigo morto (Jo 11,35) e após a remoção da pedra do sepulcro de um defunto de quatro dias, despertá-lo redivivo, somente emitindo uma ordem; ou pender do lenho e transformar o dia em noite, fazendo tremer todos os elementos; ou ser transpassado pelos cravos e abrir as portas do paraíso ao ladrão por causa de sua fé (Lc 23, 43).

Do mesmo modo não provém da mesma natureza dizer: “Eu e o Pai somos uma só coisa” (Jo 10,30) e afirmar: “O Pai é maior do que eu” (Jo 14, 28). Embora seja nosso Senhor Jesus Cristo uma só Pessoa, Deus e homem, difere, contudo, a proveniência para as duas naturezas do opróbrio comum a ambas e da glória comum. Pelo que recebeu de nós, a humanidade, ele é menor do que o Pai; do Pai lhe vem a igualdade com o Pai, a divindade.

Por causa dessa unidade de Pessoa em duas naturezas lemos ter o filho do homem descido do céu, quando o Filho de Deus, da Virgem da qual nasceu, assumiu um corpo. E novamente diz-se que o Filho de Deus foi crucificado e sepultado, ao sofrer tudo isso, não na própria divindade, pela qual o Unigênito é co-eterno e consubstancial ao Pai, mas na fraqueza da natureza humana.

Igual perigo seria crer que o Senhor Jesus Cristo é Deus só sem ser humano, ou apenas homem e não Deus. Qual a finalidade do prazo de quarenta dias após a ressurreição do Senhor, a não ser libertar da integridade de nossa fé qualquer obscuridade? Conversou com seus discípulos, esteve na mesma casa e comeu com eles (At1,4). Permitiu que o tocassem com diligência e curiosidade os que estavam ansiosos

pela dúvida. Entrava com as portas fechadas onde estavam os discípulos; com seu sopro comunicava-lhes o Espírito Santo (Jo 20,22) e dando as luzes do entendimento revelava-lhes a Sagrada Escritura ... Assim, reconheceriam os discípulos que nele as propriedades da natureza divina e humana permaneciam intactas, e saberíamos nós que Verbo e carne não se identificam e que o único Filho de Deus é Verbo e carne. Não desconfies ser homem com um corpo igual ao nosso quem ele sabe ter sido passível, porque a negação da verdadeira carne é igualmente negação da paixão corpórea. Se adere à fé cristã, e não desvia o ouvido da pregação do Evangelho, contemple qual foi a natureza que pendeu do lenho da cruz, transpassada pelos cravos, e tendo sido aberto o lado crucificado pela lança do soldado, entenda de onde brotou sangue e água, para que a Igreja de Deus fosse refeita pelo lavacro e o cálice. A Igreja Católica vive de tal fé e nela progride: Não há em Cristo Jesus humanidade sem verdadeira divindade, nem divindade sem verdadeira humanidade. Êutiques respondeu a vosso interrogatório: “Confesso que nosso Senhor tinha duas naturezas antes da união; depois desta, confesso ter apenas uma natureza”. Admiro-me que tão absurda e perversa profissão não tenha sido repreendida e censurada pelos juízes e tenha passado em silêncio palavra tão insipiente e blasfema, como se nada de escandaloso tivesse sido ouvido. Afirma ele tão impiamente que o Unigênito Filho de Deus, antes da encarnação, tivera duas naturezas, quanto criminosamente assevera haver nele uma só natureza depois que o Verbo se fez carne. A justiça, pois, reprima os pecadores e a misericórdia não repila os convertidos”.

No ano 451 aconteceu o Concílio de Calcedônia que definiu solenemente o dogma da união hipostática. A primeira parte do texto calcedonense vai contra os arianos, a segunda, contra os nestorianos e principalmente contra os monofistas. Nesta, confessa-se que em Cristo há uma só pessoa e uma só subsistência em duas naturezas *inconfuse, immutabiliter, indivise et inseparabiliter* (sem confusão, sem mutação, sem divisão e sem separação). Enquanto *inconfuse* e *immutabiliter* são advérbios postos para defender a distinção das naturezas, *indivise* e *inseparabiliter* servem para sublinhar a união de ambas. O Concílio continua a afirmar que, unidas numa única Pessoa, ficam a salvo as propriedades de cada uma das naturezas (*salva proprietateutriusquenaturae*).

A expressão – *salva proprietateutriusquenaturae*– nos ajudará a entender que em Cristo há duas inteligências (uma divina, uma humana), duas vontades (uma divina, uma humana), duas operações (ações humanas e ações divinas) e distintas paixões (as corporais, as sensitivas e as espirituais). Vemos, portanto que

antecipadamente, e graças à exatidão da fórmula de Calcedônia, já foram rebatidas implicitamente as heresias monotelitas e monoerguistas que logo surgirão<sup>14</sup>.

Em resumo, “a chave do ensinamento do concílio de Calcedônia reside na distinção entre pessoa e natureza: em Cristo duas são as naturezas e uma é a pessoa. Esta distinção não nasce da filosofia helênica mas, sim, pelo contrário, nasce da fé e transcende por completo o pensamento grego. Além disso, estes termos não são tomados num sentido tecnicamente filosófico, antes se usam no amplo significado corrente que distingue entre o que é um (sua natureza ou modo de ser que é comum a outros: por exemplo, um ser humano), e quem é um (a sua pessoa que é individual: por exemplo, Pedro)”<sup>15</sup>.

### **3.5. Os demais concílios de Constantinopla: aspectos de cristologia**

De uma forma resumida e concisa repassaremos os demais Concílios que foram resultados das afirmações feitas no Concílio de Calcedônia e que a Igreja viu-se necessitada em dar uma resposta dogmática a tais proposições que foram surgindo.

O Concílio I de Constantinopla (ano 381), como vimos, combateu os pneumatômacos, isto é, aqueles que defendiam a heresia que afirmava que o Espírito Santo não é Deus, além de afirmar, contra Apolinário, a alma plenamente de Jesus. No Concílio II de Constantinopla (ano 553) teve lugar a chamada condenação dos “três capítulos”. Contudo, o Concílio de Constantinopla que tem presença no campo da cristologia é, sem dúvida, o III, pois condenou o monotelismo e o monoerguismo.

Patriarca de Constantinopla, Sérgio, começou defendendo que em Jesus, mesmo havendo duas naturezas, há um só tipo de operações (monoerguismo) e uma única vontade (monotelismo). São Sofrônio (+638), monge e futuro patriarca de Jerusalém, e São Máximo o Confessor (+662) defenderam a fé católica contra o monotelismo.

O III Concílio de Constantinopla (680-681) afirmou que em Cristo há duas vontades naturais e duas operações naturais *indivise, immutabiliter, inseparabiliter et*

---

<sup>14</sup> Cf. Aurelio FERNÁNDEZ, *Teologíadomgmática. Curso fundamental de lafe católica*, Madrid: BAC, 2009, 183-187. F. OCÁRIZ, L. F. MATEO-SECO, J. A. RIESTRA, *El mistério de Jesucristo*, Pamplona: Eunsa, 2ª ed., 1991, 159-164.

<sup>15</sup> Vicente Ferrer BARRIENDOS, *Jesus Cristo nosso Salvador*. Tradução de Antônio Mexia Alves. Lisboa: Diel, 2008, 69.

*inconfuse*. As duas vontades em Cristo não se opõem uma à outra; a sua vontade humana não resiste à vontade divina, mas a ela se sujeita.

Quanto ao atuar de Cristo, é preciso dizer que nele há ações exclusivamente divinas (todas as que Deus realiza e que são comuns às três Pessoas divinas) e ações humanas. Estas, como são realizadas pela Pessoa divina mediante a sua natureza humana, podem ser chamadas “ações teândricas” (operações divino-humanas). Contudo, a expressão “ações teândricas” fica reservada normalmente somente para as ações humanas de Jesus que são instrumento do seu atuar divino para produzir efeitos que transcendem a capacidade humana<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Cf. F. OCÁRIZ, L. F. MATEO-SECO, J. A. RIESTRA, *El misterio de Jesucristo*, Pamplona: Eunsa, 2ª ed., 1991, 164-166. O que está acima é um resumo das páginas de A. Fernández.